

Eleições europeias e o que muda no mapa nacional

Artigo de Francisco Louçã.

Contados os votos das eleições europeias, diz-se que o centro se aguentou e que a subida da extrema-direita é marginal. Tudo errado. A subida da extrema-direita é significativa, por várias razões: ganha as eleições em vários países que concentram mais de metade da população europeia - Reino Unido, Itália, França, Polónia, Hungria -, mas, sobretudo, impõe os seus temas políticos com a emergência de novos ou velhos partidos, ou até penetrando as formações da direita tradicional (Orbán e o seu partido continuam no Partido Popular Europeu, pelo menos para já). Em consequência, o acolhimento de refugiados das guerras e de imigrantes passou a ser tabu, mesmo em países com tradição de hospitalidade (ou que precisam e costumavam importar mão de obra), ao passo que se mantiveram ou até reforçaram as políticas antissociais da economia liberal (Macron é um exemplo, ao recusar restabelecer o imposto sobre as grandes fortunas e ao atacar ferozmente os direitos sindicais). Assim, a maior vitória para a extrema-direita é o efeito de contaminação que se traduz na reorganização política, provocando a crise de alguns regimes políticos, como o do Reino Unido, ou o desgaste do macronismo em França (este tema é abordado noutra artigo desta revista).

As eleições, no entanto, não são só marcadas pela extrema-direita. O centro e a direita sofrem igualmente uma pulverização eleitoral, com a descida dos socialistas e do Partido Popular Europeu. Por isso, a vitória do PS em Portugal tem sido apresentada como uma exceção e até como um resultado inspirador de novas alianças (que o governo português sugere que se dirijam para os liberais europeus, malgrado terem sido os defensores de sanções punitivas contra Portugal). Ora, o mapa eleitoral que foi registado a 26 de maio não pode ser lido de forma tão simplista.

De facto, o PS ganhou pouco mais de 1% em relação ao seu resultado limitado de 2014 e ficou na margem da votação que o obrigou a estabelecer um acordo com

as esquerdas em 2015. Por isso, esta votação não é prometedora de uma maioria absoluta nas legislativas. Não fora o PSD ter ficado a 11%, com o seu pior resultado de sempre, e o CDS ter colapsado e este seria um resultado fraco em termos absolutos. Além disso, a pressão à esquerda aumentou, com a subida do Bloco de 5% para 9,8%, mesmo que o PCP tenha perdido quase metade dos seus votos de 2014. Em todo o caso, a subida do Bloco ocorre depois de uma viragem do PS na sua última semana de campanha, quando, temendo os sinais das sondagens, passou a atacar sistematicamente o Bloco, pela voz de Pedro Marques e de António Costa. E isso é muito esclarecedor do fracasso da política do PS em bombardear o Bloco - talvez seja a leitura mais importante das consequências desta eleição.

A votação do Bloco deve ser analisada não só pela sua subida, como pelo facto de fazer parte de uma série de resultados que confirmam e consolidam a sua capacidade de representação social (parlamentares de 2015, presidenciais de 2016, regionais dos Açores, em muito menor medida as autárquicas). Se a nível nacional esses resultados tendem a confirmar o Bloco como terceiro partido, aliás com uma expressão em todos os distritos, nas áreas metropolitanas essa tendência reforça-se, ultrapassando mesmo o PSD em alguns concelhos e freguesias, onde é o segundo partido. O que em todo o caso esses dados indicam é que nas eleições de outubro de 2019 haverá uma disputa essencial entre o centro e as esquerdas sobre o que deve ser a governação e sobre as medidas de um programa consistente. Serão por isso as mais difíceis e exigentes eleições que o Bloco enfrentou até hoje. Só a partir de então saberemos como muda o mapa eleitoral nacional.